Advogado: Bolsonaro só viu minuta do golpe depois

As declarações foram dadas após depoimento do ex-presidente

Valter Campanato/Agência Brasil

Segundo advogado, Bolsonaro só soube da minuta já fora do governo

Por Ana Paula Marques

O ex-presidente Jair Bolsonaro deu na terça-feira (27) novo depoimento à Polícia Federal (PF). Embora não fosse o tema do depoimento, o advogado de Bolsonaro, Paulo Bueno, acabou aproveitando a oportunidade para estabelecer o argumento do ex-presidente quanto ao seu conhecimento da chamada "minuta do golpe". Segundo Paulo Bueno, Bolsonaro só teria tido contato com a tal minuta quando já estava fora do governo. Bolsonaro mencionou a minuta no ato da Avenida Paulista, em São Paulo, no domingo (25), e isso gerou especulações de que a polícia poderia usar tal declaração como comprovação de que ele tinha conhecimento do documento.

"A minuta da qual o presidente se referiu, que foi encontrada na sala do PL, foi a minuta que eu, enquanto advogado, só encaminhei para ele em outubro de 2023. Não reforça em nada a investigação, porque foi a primeira minuta que ele viu. Portando, ele comentava — na manifestação — sobre algo que ele só teve conhecimento muito tempo após sair

da Presidência da República", disse o advogado ao sair da sede da PF em São Paulo.

O advogado fazia a defesa de Bolsonaro durante seu depoimento a PF nesta terça, no inquérito que investiga se o ex-presidente incomodou uma baleia jubarte durante um passeio de moto aquática em São Sebastião (SP), em junho de 2023. O ex-presidente também é alvo da investigação sobre a suposta tentativa de golpe de Estado.

Manifestação

Em discurso no domingo, Bolsonaro se defendeu das acusações sobre tentativa de golpe. "Agora, o golpe é porque tem uma minuta de um decreto de Estado de Defesa. Golpe usando a Constituição? Tenham santa paciência. Deixo claro que Estado de Sítio começa com o presidente da República convocando os conselhos da República e da Defesa. Isso foi feito? Não", disse ao público durante a manifestação de domingo.

Na verdade, há dois documentos encontrados em momentos e locais distintos. Uma primeira minuta de decreto menciona decretação de Estado de Defesa para uma intervenção no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Após essa intervenção, seria criada uma comissão para organizar uma nova eleição para presidente. Essa primeira minuta foi encontrada na casa do ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal Anderson Torres. Depois, a PF encontrou nova minuta do que seria um esboço de discurso mencionando Estado de Sítio. A fala de Bolsonaro no domingo misturou os dois documentos.

Bolsonaro convocou seus apoiadores no desenrolar das investigações da qual ele é alvo. Especialistas avaliam que o movimento é uma demostração de força política. Bolsonaro, então, se coloca como um cabo eleitoral para as eleições municipais que acontecem neste ano, já que está inelegível até 2023.

Depoimento

No depoimento que prestou hoje sobre o caso da baleia, a defesa do ex-presidente declara que Bolsonaro teria tomado todas as precauções a partir do momento em que avistou o animal. "Você não consegue controlar um animal daquele tamanho que surge e emerge da água". O advogado também afirmou que Bolsonaro "nem sabia que tinha essa proibição", disse.

A investigação apura os possíveis crimes ambientais previstos em lei, sobre "molestamento intencional" de baleias e outros animais. A ação foi aberta após circularem nas redes vídeos da moto aquática com motor ligado se aproximando da jubarte. Bolsonaro, prestou depoimento à polícia por cerca de duas horas.

Na PF

O ex-presidente tem frequentado as sedes da Polícia Federal desde que deixou a Presidência da República. Na semana passada, por exemplo, ele e outras 22 pessoas prestaram depoimento sobre a suposta tentativa de golpe de Estado. Bolsonaro ficou em silêncio, motivado pelo fato de a defesa não ter tido acesso a todos os elementos da investigação, como a delação do tenente-coronel Mauro Cid, ajudante de ordens do ex-presidente.

Bolsonaro já soma sete depoimentos à PF, dois sobre o caso das joias sauditas, um sobre os empresários suspeitos de apoiar um golpe de Estado, um sobre o 8 de janeiro, outro sobre adulteração do cartão de vacina, além das duas mais recentes.

A análise que se faz sobre as investigações é de que elas poderiam desgastar a imagem do ex-presidente. Porém, para o advogado e analista politico Melillo Dinis, os inquéritos que decaem sobre Bolsonaro não são novidade. "Historicamente a maioria dos presidentes do Brasil sofreram investigações depois que saíram do poder. Apesar disso, neste momento de polarização, essas ações judiciais só colocam mais tempero na reputação do ex-presidente. Quem o defende diz que é perseguição e quem não gosta dele comemora", explicou.

Segundo o analista, as investigações abrem espaço para que Bolsonaro se comporte como vítima e assim, aumentar o seu potencial político, já que "o eleitor acaba por valorizar esse comportamento", continua.

CPI da Braskem começa e aprova plano de trabalho

Lula Marques/Agência Brasil

Escolha de Carvalho por Aziz gerou reação de Renan

Por Ana Paula Marques

Na manhã de terça-feira (27), a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Braskem aprovou o plano de trabalho do relator, senador Rogério Carvalho (PT-SE). O colegiado investiga o afundamento do solo em Maceió (AL) causado pela exploração de sal-gema pela empresa. Logo no início dos trabalhos, o relator solicitou informações de diversos órgãos e empresas, incluindo a Petrobras — que tem participação na Braskem. O colegiado pediu dados sobre as minas na cidade à estatal.

A petrolífera detém 36,1% do capital total da petroquímica Braskem. Já a Novonor (ex-Odebrecht) tem 38,3% do capital. A expectativa é de que as duas tenham que prestar esclarecimentos ao colegiado. O colegiado aprovou todos os requerimentos que solicitam informações. "Desde as informações que o Ministério Público tem, todos os órgãos ambientais municipais, estaduais, nacional, todas as comunicações que estes órgãos travaram ao longo destes anos com a Braskem, com suas antecessoras", disse o relator no final da reunião.

Durante a apresentação do plano de trabalho, Carvalho criticou o acordo assinado pela Braskem com a prefeitura de Maceió. O senador afirmou haver cláusulas "questionáveis, padronizadas" e até mesmo abusivas. O senador também quer levantar a "situação financeira da empresa quanto à capacidade de garantir a reparação dos danos aos quais deu causa e da intenção de fazê-lo".

O senador Otto Alencar (PSD-BA) pede a convocação do vice-presidente administrativo-financeiro da Braskem, Marcelo Arantes. Segundo ele, o depoimento pode trazer informações sobre a relação da empresa "com autoridades locais, órgãos reguladores e outras partes".

O presidente da comissão, senador Omar Aziz (PSD-AM), já agendou uma nova sessão nesta quarta (28) para a votação de convocações e convites.

Divergências

Perguntado sobre a saída do senador Renan Calheiros (MDB-AL) — responsável por reunir assinaturas para a instalação da CPI —, Carvalho disse que o nome do emedebista, formalmente, continua como membro da comissão e evitou comentar se houve ou não alguma discussão sobre o assunto.

Na semana passada, após a escolha do petista para a relatoria, Calheiros anunciou que deixaria a CPI ao afirmar, durante a ocasião, que "mãos ocultas ensaiam domesticar a CPI", e que não participaria de "simulacros investigatórios". Calheiros não participou da sessão desta terça.

Havia resistência do governo em apoiar a CPI em temor das investigações da comissão, além de respingarem na estatal, criar uma divisão na base no Congresso, acirrando a briga entre Renan Calheiros e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Foi para não acirrar essa briga que Omar Aziz evitou que o relator da CPI fosse Calheiros. O prefeito de Maceió, JHC (PL), que fez o acordo com a Brasken, é aliado de Lira. Quanto à Petrobras, há uma preocupação de que a oposição se valha da CPI para convocar políticos ligados à estatal que foram investigados na Operação Lava Jato.

Pauta

Segundo o plano de trabalho apresentado, a investigação será realizada em três etapas. A primeira etapa seria a análise do histórico da atividade mínero-industrial envolvendo a pesquisa e lavra de sal-gema na região sob investigação. A segunda etapa irá investigar as causas, dimensionamento dos passivos, responsabilização da empresa e reparação justa aos atingidos. E a terceira etapa irá analisar as lacunas e falhas na atuação dos órgãos de fiscalização e controle e proposição de melhorias no arcabouço legal e regulatório.

Além do plano de trabalho, foram aprovados também pedidos de informação à Agência Nacional de Mineração (ANM), à Defensoria Pública da União (DPU), à Polícia Federa (PF) e ao Ministério Público Federal (MPF), além do governo estadual de Alagoas e da prefeitura de Maceió.

CORREIO BASTIDORES

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Relatora, Leila Barros manteve o texto aprovado na CAE

Marco legal para os jogos vai ao plenário do Senado

A Comissão de Educação (CE) do Senado aprovou nesta terça-feira (27) o projeto de lei (PL) 2.796/2021, que cria o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos. O texto da Câmara dos Deputados recebeu relatório favorável da senadora Leila Barros (PDT-DF) e segue, agora, para o Plenário em regime de urgência.

De acordo com informações da Agência Senado, o projeto regula a fabricação, a importação, a comercialização, o desenvolvimento e o uso comercial dos jogos, além de apresentar medidas para incentivar o ambiente de negócios e aumentar a oferta de capital para investimentos no setor. O novo marco define os jogos eletrônicos como programas de computador com elementos gráficos e audiovisuais com fins lúdicos, em que o usuário pode controlar a ação a interagir com a interface. O PL 2.796/2021 engloba ainda dispositivos e acessórios usados para executar os games, popularmente conhecidos como consoles, além de aplicativos de celular e páginas de internet com jogos.

O projeto exclui explicitamente da definição as máquinas caça-níqueis e jogos de sorte semelhantes. Também ficam fora do projeto os chamados jogos de fantasia, em que os participantes escalam equipes imaginárias ou virtuais de jogadores reais de um esporte profissional. Essa modalidade de jogo on-line já é regulada pela Lei 14.790, de 2023.

Geraldo Magela/Agência Senado

Senadores com o secretário André Garcia

Em audiência reservada, CSP debate sobre fugas de presos

O governo federal deve encaminhar ao Legislativo um projeto que busca reestruturar a carreira dos policiais penais federais. A informação foi prestada pelo senador Sergio Moro (União-PR) após reunião reservada da Comissão de Segurança Pública (CSP) com o secretário nacional de Políticas Penais, André Garcia. O representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública compareceu ao Senado para esclarecer dúvidas dos parlamentares sobre as medidas tomadas pela pasta diante da fuga de dois presos do presídio federal de segurança máxima de Mossoró, no Rio Grande do Norte.

"Há uma necessidade de reestruturação da carreira dos policiais penitenciários federais, que trabalham com os piores criminosos do país, uma atividade de extremo risco. Inclusive ex-policiais já foram assassinados no passado. Precisa ter uma reestruturação financeira e ter uma nova regulamentação legal, já que houve uma mudança, aprovada no ano de 2019, com a criação dos policiais penitenciários federais, porque antes eles eram considerados agentes penitenciários federais. O Executivo, pelo o que entendi nas respostas, tem o compromisso de encaminhar um projeto de lei para a reestruturação da carreira", informou.

Autor do pedido para a audiência, Moro explicou que a participação do secretário foi mantida em caráter reservado em razão da apresentação de dados sensíveis e estratégicos para a segurança. Ele disse que "houve um posicionamento firme" para que fugas não ocorram novamente.

Outra ação que faz parte do planejamento do governo e foi citada por Moro é a construção de muralhas em presídios que ainda não possuem esses muros de proteção. Medida que, segundo o senador, deve ser acompanhada e cobrada pela comissão. *(Informações da Agência Senado)*